Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Inclusão escolar do aluno surdo

jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo, UFGD

jake.librasufgd@gmail.com

Karla Benites, UFGD

karlinhaben@gmail.com

***Resumo**: A escola está preparada para receber o estudante surdo? Esta pergunta deu norte a esse estudo, buscando pensar nas condições da educação qual o aluno surdo está inserido atualmente nas escolas regulares, considerando, os direitos das pessoas surdas quanto ao acesso a educação e ensino de qualidade, no cenário da educação inclusiva. Por meio de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo objetivou-se discutir a in/exclusão das práticas pedagógicas direcionadas aos alunos surdos, indagando como acontece essa in/exclusão no contexto escolar. Realizou-se uma revisão de literatura acerca do tema proposto. Dentre os autores estudados destacamos Damásio (2007), (2010) e Lacerda (1998), (2006). Esta pesquisa mostra-se relevante para podermos refletir às condições quais os alunos com surdez vem sendo submetidos nas escolas regulares atualmente.*

***Palavras-chave**: Educação de surdos; Inclusão/exclusão; Escola.*

***Abstract**: Is the school prepared to receive the deaf student? This question focused on this study, trying to think about the conditions of education that the deaf student is currently inserted in regular schools, considering the rights of deaf people to access quality education and teaching in the context of inclusive education. Through a qualitative bibliographical research, the objective was to discuss the in / exclusion of the pedagogical practices directed to the deaf students, investigating how this in / exclusion occurs in the school context. A review of the literature on the proposed theme was carried out. Among the authors studied, we highlight Damásio (2007), (2010) and Lacerda (1998), (2006). This research is relevant to reflect the conditions under which students with deafness are currently being studied in regular schools.*

***Keywords**: Education of the deaf; Inclusion / exclusion; School.*

1. Introdução

Polêmicas relacionadas à educação escolar do aluno surdo é um tema muito atual, preocupante e importante, dessa forma apresentamos uma revisão bibliográfica acerca da educação de surdos, considerando uma rápida observação de campo nota-se a que alguns professores ainda vivem situações árduas no contexto escolar com os alunos surdos.

O interesse pelo contexto de educação escolar de alunos surdos surgiu a partir da percepção de que se faz necessário analisar minuciosamente, ou seja, ler nas entrelinhas o contexto da inclusão dos surdos. Averiguando se esses alunos têm acesso aos seus direitos previstos em lei, para com isso, estabelecer novos saberes sobre um ponto bastante importante.

Essa inclusão escolar dos surdos é um desafio para os professores e profissionais relacionados à educação inclusiva, ou, pelo menos, para a maioria deles, já que uma escola inclusiva deve proporcionar aos alunos possibilidades legitimas de ensino e aprendizagem. Caso isso não ocorra, o aluno estará apenas inserido nas escolas regulares e não incluído de fato, submetido a uma inclusão “precária” podemos dizer.

2. O contexto da educação dos surdos no brasil

Nas primeiras civilizações houve diferentes formas de tratamento aos sujeitos surdos. Sobre as pessoas surdas no Egito e na Pérsia, Strobel diz:

Para os países Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados enviados dos deuses, porque pelo fato dos surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social. (2008b, p. 82)

Contudo em outros países as pessoas surdas eram rejeitadas pela sociedade e consequentemente isoladas nos asilos para que fossem protegidos, já que não acreditava que eles pudessem ter uma educação por conta de sua “anormalidade” ou “doença”, conduta que foi marcada pela intolerância obscura com uma visão negativa sobre pessoas surdas.

Tendo como objetivo debater a educação dos surdos estudiosos de vários países como Inglaterra, Itália, Suécia, Rússia, Canadá Estados Unidos, Bélgica, França e Alemanha, se reuniram para definir um método de ensino para surdos, evento que ficou conhecido como Congresso de Milão.

De acordo com Skliar (1997) e Sacks (1998), o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em 1880 na cidade de Milão, na Itália, foi um marco na vida dos surdos, um “holocausto linguístico” que silenciou os surdos por mais de cem anos, provocando na comunidade surda um retrocesso acadêmico.

Esse I Congresso Internacional sobre a Educação de Surdos significou um evento qual influenciou por muito tempo, pouco mais de um século as propostas educacionais para as pessoas surdas.

Para Skliar (1997, p.109), os resultados do Congresso de Milão dividiram a história da educação dos surdos em dois tempos:

Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro posterior, que vai de 1880, até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única 'equação', segundo a qual a educação dos surdos se reduz à língua oral.

Com o propósito de conquistar a língua oral, ficou proibida outra forma de comunicação no contexto escolar. A linguagem oral se torna um símbolo de repressão física e psicológica, não sendo aceita a língua de sinais ou gestos, mesmo que ajudasse o aluno a ter melhor aprendizagem ou integração no mercado do trabalho (SILVA, 2003).

Posteriormente ao Congresso de Milão ficou definido como método de ensino e aprendizagem as práticas educacionais e pedagogias voltadas para o Oralismo, no entanto os resultados foram insatisfatórios.

O Oralismo resultou no fracasso educacional dos alunos surdos, de acordo com Sacks (1990, p.45), "o Oralismo e a supressão do sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral".

Percebendo que o oralismo não garantia a educação de surdos, surgiu na década de 60, nos Estados Unidos, a utilização da filosofia Comunicação Total, sendo referenciada, inicialmente, pelo professor de surdos Roy Holcomb, que devido ao fato de ter dois filhos surdos, procurava novas metodologias para ensiná-los, com o objetivo de possibilitar a comunicação aos surdos (SILVA, 2003).

Assim como o oralismo, a comunicação total sofreu muitas críticas pois também não trouxe benefícios no processo de escolarização dos alunos surdos, surgindo assim o bilinguismo, qual vem ganhando forças nos últimos anos.

De acordo com Brito (1993) no bilinguismo a língua de sinais é considerada uma importante via para o desenvolvimento do surdo, em todas as esferas de conhecimento, e, como tal, "propicia não apenas a comunicação do surdo – surdo, além de desempenhar a importante função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social".

Ainda nesse sentido Quadros (1997, p. 40), aponta em suas pesquisas algumas das conquistas que essa proposta ofereceram para a educação de surdos como:

> [..] o reconhecimento da pessoa surda enquanto cidadã integrante da comunidade surda com o direito de ter assegurado a aquisição da língua de sinais como primeira língua; o uso de sinais na escola para garantir o desenvolvimento cognitivo e o ensino de conhecimentos gerais; o ensino da língua oral auditiva com estratégias de ensino de segunda língua e a inclusão de pessoas surdas nos quadros funcionais das escolas.

A filosofia bilíngue, segundo análises de Dias (2006, p. 42), "não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que utilizará em cada situação linguística em que se encontrar", pois ela considera as características e opiniões dos próprios surdos, de acordo com o seu processo educacional.

A primeira escola para surdos no Brasil foi estabelecida em 1857, por meio da Lei 839, de 26 de setembro de 1857, na cidade do Rio de Janeiro, com o nome de Instituto Nacional de Surdos-mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Teve o primeiro professor surdo cidadão francês Huet que veio ao Brasil com a intenção de ensinar crianças surdas, trazendo a Língua de Sinais Francesa, ele usava a língua de sinais e até mesmo ensinava as outras disciplinas do currículo escolar.
Buscando a história, os surdos eram considerados inaptos sem direitos legais, até 1857, na época do Brasil – colônia. No Brasil, a história da educação de surdos iniciou-se com a criação do instituto de Surdos-Mudos, pelo professor surdo francês Huet, que veio ao país a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdo. (GOLDFELD, 1997, p. 34)



Fonte: <g1.globo.com>

Atualmente a surdez vem se disseminando, passando a fazer parte na área da educação e não mais somente da área clínica. Na contemporaneidade, no entanto, a surdez tem sido deslocada do campo médico para o campo linguístico e cultural, tanto no universo acadêmico, quanto nas práticas sociais (RIBEIRO,2008 p. 21).

Dessa maneira a educação de surdos vem ampliando as estratégias na educação dos alunos surdos, ampliando as possibilidades nas escolas regulares de ensino com atendimentos peculiares, presentemente o Atendimento Educacional Especializado - AEE já faz parte do processo educacional das pessoas com surdez.

Salientamos que o AEE não é um pensamento atual, uma vez que a SRM foi implementada no Brasil na área da Educação Especial na década de 1970, com propósito de incluir os alunos com deficiência no ensino regular. Nesta perspectiva, Arnal (2007, p. 55) destaca que:

[...] a proposta de sala de recursos visava, por um lado, a superar o persistente hiato entre a Educação Especial e a integração dos alunos deficientes, oferecendo um modelo simultaneamente operatório e decorrente das necessidades específicas de cada deficiência e, por outro, apontava para uma normalização das condições de escolarização para indivíduos muito diferentes.

O AEE deve acontecer duas vezes por semana, com duração entre três a quatro horas semanais em contra turno do aluno, nas escolas que tenham alunos surdos matriculados, a/o professor/a de AEE e tradutores interprete que possam ensinar LIBRAS.

Garcia (2008, p. 18) comenta que "[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes." Com o respeito aos alunos surdos, o objetivo do processo educacional deve ser o de possibilitar o acesso à educação a todos os alunos surdos.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (MEC, 2009).

O Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, coloca as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, determinando em seu Art. 5º que:

> Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado em instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitária, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

O AEE trabalhando a aprendizagem da língua de sinais objetiva ensinar a língua materna, fazendo com que o aluno surdo tenha potencial em sua língua natural. O profissional da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) por este atendimento é um professor bilíngue Português/Libras.

> [...] o professor de Libras deve planejar o ensino dessa língua a partir dos diversos aspectos que envolvem sua aprendizagem, como: referências visuais, anotação em língua portuguesa, datilologia (alfabeto manual), parâmetros primários e secundários, classificadores e sinais. Para atuar no ensino de Libras, o professor do AEE precisa ter conhecimento da estrutura e fluência na Libras, desenvolver os conceitos em Libras de forma vivencial e elaborar recursos didáticos. (ALVES, DAMÁZIO, FERREIRA, 2010, p.17).

Os professores do AEE devem agir de maneira sincronizada com o professor/a regente da sala regular para que juntos possam definir estratégias metodológicas e pedagógicas para favorecer o acesso ao aluno ao currículo promovendo uma educação inclusiva.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, podemos notar as especificidades do AEE com relação a educação de surdos:

> Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
>
> Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos. IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns,

> mediante: b) atuação de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

O decreto n. 5.626 de 22 de Dezembro de 2015 regulamenta a lei n. 10.436 de Abril de 2002 que dispõe sobre a língua de sinais, no capitulo IV art. 14 fala sobre o acesso da pessoa surda a educação:

> Art.14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.
>
> §1o Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem: I- promover cursos de formação de professores para: a) o ensino e uso da Libras; b) a tradução e interpretação de Libras- Língua Portuguesa; e c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas. II-ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; III- prover as escolas com: a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras- Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos; IV- garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização; V- apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos; VI- adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa; VII- desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos; VIII- disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.
>
> §2oO professor da educação básica, bilíngue, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras- Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.
>
> §3oAs instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

ISSN 2318-4051

> I- atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e II- áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior. Art.16.A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade. (BRASIL, 2005)

As pessoas surdas têm por lei seus direitos garantindo a presença do Tradutor intérprete de Língua de Sinais (TILS), sendo essa profissão regulamenta pela Lei nº 12.319/2010, conforme apresenta os Artigos 1º e 2º:

> Art. 1o Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Art. 2o O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

No artigo 6º dessa mesma Lei são descritas as atribuições do tradutor e intérprete, que são:

> I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos cegos, surdos cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades afim das instituições de ensino e repartições públicas; e V- prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Os TILS são mediadores de comunicação, contudo o professor regente da sala assumirá o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo, sendo ele o responsável pela alfabetização dos alunos surdos da classe regular.

3. In/exclusão do aluno surdo no contexto escolar

Quando se fala em responsabilidade social, principalmente em âmbito educacional não se pode deixar de lado os novos paradigmas adotados por este sistema que são baseados na LDB, no artigo 58, da Lei 9.394/96 que prevê a oferta de ensino regular para educandos portadores de necessidades especiais, incluindo consequentemente o aluno surdo e as devidas adaptações necessárias, ou seja, a utilização de recursos visuais e presença do intérprete de Língua Portuguesa/ LIBRAS pois o mesmo é a pessoa que interpreta uma dada língua de sinais para outra língua (MEC, 2004,p.7).

Assim, a escola tem buscado recursos para se adaptarem, na instituição pesquisada. Essa realidade é bem presente, existem diversos alunos com necessidades educa-

cionais especializadas (ANEES), destacam-se entre eles quatorze alunos surdos, segundo informações de uma das secretárias da escola. Os mesmos estão matriculados nas diversas modalidades de ensino como: Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

Contudo de acordo com o relatório da mesma, a escola enfrenta uma grande dificuldade com a falta de intérpretes que supram a demanda, isso é justificado devido ao processo de reconhecimento dessa profissão, que começou apenas após a criação da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2.002, obviamente todo o país ainda passa por essa falta de profissionais e à medida que os surdos ampliam sua participações em atividades políticas e culturais da sociedade esse profissional é mais reconhecido e solicitado (MEC, 2007).

Porém, esse processo de participação dos surdos em atividades políticas e culturais caminha a passos lentos, pois essa inclusão que envolve alunos surdos ou não, é um grande desafio para o sistema escolar que somente dessa forma poderá ser verdadeiramente de qualidade, pois:

Educação de qualidade é aquela que promove para todos os domínios de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, a inserção no mundo do trabalho, a constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (LIBÂNEO, 2001, p. 54).

Como se pode notar, uma verdadeira escola com boa qualidade busca atender a seus alunos em suas necessidades individuais e sociais. Dessa forma, na escola pesquisada observou-se que os alunos não estão apenas em sala de aula, mas em outros turnos eles participam de atividades diferenciadas como, por exemplo: aulas de reforço na disciplina de matemática, treinos de vôlei e futsal e também o aluno que se interessar poderá participar da fanfarra. É importante ressaltar que dentre essas diversas atividades oferecidas os alunos surdos participam delas regularmente, promovendo nos educadores, dessa instituição, um aprimoramento em seu trabalho; pois lidar com o diferente provoca diversos anseios e desafios que vão se ajustando a medida que os professores vão trocando ideias, sentimentos e ações com seus respectivos colegas, coordenadores e diretores, tornando verdadeiramente a prática inclusiva uma inovação educacional (MANTOAN, 2003).

Entretanto para que essa inovação aconteça os profissionais dessa área, além de trocar ideias e experiência, deveriam também buscar algum conhecimento específico, de acordo com o tipo de limitação de seu aluno, no presente trabalho: o aluno surdo.

Na instituição lócus da pesquisa, justamente um dos pontos que será o foco, é essa questão de conhecimento específico dos profissionais da escola em relação ao aluno surdo, sua respectiva cultura e linguagem, pois de acordo com Castro e Carvalho (2009), os surdos possuem um idioma que possui uma estrutura gramatical própria, contendo particularidades idiomáticas e variação regionais, que se assemelham ao sotaque ou às gírias da linguagem portuguesa.

Tendo em vista essas particularidades linguísticas e também considerando a educação de qualidade, para que o aluno surdo consiga ser inserido no mercado de trabalho, “todo educador/ gestor deve comprometer-se a olhar as instituições de ensino a partir de uma perspectiva diferente buscando alternativas até agora não utilizada-se redefinindo assim e escopo de atuação do seu negócio” (COLOMBO, et.aL,2004,p.184).

Acredita-se que somente a partir de um posicionamento inovador é que o educando poderá conquistar o mercado de trabalho, como também seu espaço social,

cumprindo, dessa forma um, dos objetivos e filosofia da escola que é formar cidadãos atuantes, que tenham papel relevante diante da sociedade.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006)

O intuito dessa pesquisa é buscar o conhecimento produzido no processo de inclusão de alunos surdos no ambiente escolar de aprendizagem, em uma escola, uma sala de aula, onde eles sempre são a minoria, cercado pelos ouvintes.

A passagem de uma escola excludente para uma educação para todos não se constitui apenas em uma ruptura de paradigmas dentro da educação especial e, sim, é o resultado de uma série de transformações políticas, culturais e sociais que vão muito além de uma discussão do tipo educação especial versus educação regular. (VIEIRA-MACHADO e LOPES, 2010)

A escola deve conhecer as especificidades educacionais dos alunos surdos, para procurar a melhor forma de oportunizar o aprendizado, considerando que a sua língua natural é a língua de sinais e a língua portuguesa sua segunda língua.

A surdez é caracterizada por meio da perda maior ou menor da percepção normal dos sons, existem vários tipos de surdez, o que altera são os diferentes graus de perda da audição, que são avaliados pela intensidade do som, através da medida em decibéis (dB), em cada ouvido (SEESP/MEC,2006)

A partir desses pressupostos a pesquisa foi dividida em três tópicos: primeiro, o contexto da educação dos surdos no Brasil; segundo, tratamos a respeito da inclusão em sua totalidade direcionando a discussão ao alunado surdo; e finalizamos com as considerações dos dados da pesquisa. Para tanto, a partir das análises realizadas durante o estudo, percebe-se que ainda existem grandes dificuldades por parte das escolas para atender as necessidades específicas (língua de instrução, processo de aprendizagem, entre outras) dos alunos surdos.

O presente estudo foi desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico, com literaturas já existentes relacionados à educação de surdos na escola regular. Optou-se pela busca de artigos em periódicos nacionais na internet.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p.32).

Foram realizadas também pesquisas em livros de acervo particular e adquiridos para a realização do artigo. Quanto aos critérios de seleção, foram analisados os estudos que analisavam manifestações como: a inclusão do surdo, educação escolar, surdez, educação especial.

A apreciação foi efetivada considerando apenas informações específicas relacionadas ao tema que cada pesquisa abordava, com autores que tratavam o assunto de maneira clara e objetiva.

4. Considerações finais

Percebe-se que a educação do estudante surdo, percorreu um longo caminho marcado por lutas e reivindicações por seus direitos linguísticos. Tais lutas culminaram recentemente na oficialização da Língua de Sinais Brasileira.

Neste contexto, a escola regular está caminhando para oferecer um ensino acessível e de qualidade para estes estudantes, pois já existe um embasamento legal que assegure a presença do profissional TILS e o atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais.

Por isso, é possível responder a pergunta norteadora deste estudo, afirmando que a escola está em fase de preparação para receber estes alunos, pois está disposta a realizar as mudanças necessárias, mas ainda luta com a falta de profissionais que tenham formação específica para trabalhar na área da Libras, seja como intérprete ou como professor bilíngue.

Todavia, o processo de inclusão para estudantes surdos, vai muito além de apenas oferecer profissionais e adaptações em Libras. É necessário que a comunidade escolar e a sociedade como um todo tenha consciência da singularidade cultural deste povo que não precisa mais passar por algum tipo de normalização ou reabilitação. Este indivíduo está buscando uma escola que lhe permita aprender de verdade e não apenas fingir que sabe.

Acredita-se, que estas questões podem ser superadas com o passar do tempo e que desta forma, a inclusão ocorra verdadeiramente de maneira satisfatória atendendo as especificidades dos estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS Editora ARARA AZUL - Petrópolis / RJ. Disponível em: www.editora-arara azul.com.br. Acesso em 09/11/2019.

ARNAL, Leila de Sousa Peres. Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica das salas de recursos. 2007 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

ALVES, C.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. F. M. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização das Pessoas com Surdez. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010.

BATALHA, Denise Valduga. Um breve passeio pela política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasileira. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de Outubro de 2009. PUCPR.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 15/11/2015.

_____. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializada na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

_____. Educação infantil: Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação, CNE/CEB nº 4/2009. Disponível em: http:http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 21/11/2019

BRITO, L.F. Integração social e educação de surdos. Rio de Janeiro: BABEL Editora, 1993.

CAVALCANTI, Wanilda Maria Alves. Fundamentos da Educação de Surdos. 2015. UFPB. Disponível em: << http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fundamentos_e_educacao_de_surdos_1462973605.pdf >> Acesso em 21/11/2019

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez/ SEESP/SEED/MEC – Brasília/DF – 2007.

DIAS, V. L. L. Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2006.

FONSECA, J. J. S. Metodologias da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GUARINELLO, A.C.; MASSI, G.A.A.; BERBERIAN, A. P. Surdez e Linguagem Escrita: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação Especial, v.13, p.205-218, 2007.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. São Paulo, Campinas. Cadernos Cedes, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagem na educação dos surdos. Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept.1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000151&pid=S0104-40602014000600012000013&lng=es >> acesso em 21/11/2019.

PACHECO, J. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILHA, A. M. O que fazer para não excluir. Campinas: Autores Associados, 2004.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

RIPPEL, Valderice Cecília Limberger. SILVA, Aline Mary da. Inclusão de estudantes com necessidades especiais na escola regular. In: 1º SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO XX SEMANA DA PEDAGOGIA. 11, 12, 13, Novembro de 2008. Cascavel/PR. Unioeste.

SACKS, O. Vendo Vozes: uma Jornada pelo Mundo dos Surdos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998.

SKLIAR, C. B. Uma perspectiva socio-historica sobre a educação e a psicologia dos surdos. In: Carlos Skliar. (Org.). Educação & Exclusão. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1997a, v. 1, p. 105-155

SKLIAR, C. (Org.) Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SILVA, R. R. A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

SILVA, V. et al. Educação de surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M. (Org). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p.324.

SILVA, R. R. A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

STROBEL, Karin L. Surdos: Vestígios não Registrados na História. Tese de Doutorado em Educação UFSC. Florianópolis: 2008. Disponível em: http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br acessado em: 06/10/2009.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. LOPES, Maura Corcini. Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda.1. ed.- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 182

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. A escrita de si: Discursos sobre o ser surdo e a surdez. Belo Horizonte 2008. Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Letras.